

Taxa de escolaridade do ensino superior na população com 30-34 anos mantêm-se acima da meta europeia, atingindo 45% no 3º trimestre de 2021.

Evolução da taxa de escolaridade na faixa etária 25-29, que supera os 50% no primeiro semestre de 2021, permite antecipar o cumprimento da meta de 50% em 2025

A taxa de escolaridade do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos atingiu 45% no 3º trimestre de 2021, reforçando a tendência crescente dos últimos anos, e mantendo-se acima da meta europeia de 40% assumida no âmbito da Estratégia Europa 2020.

Figura 1 – Taxa de escolaridade trimestral do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos (2010-2021)



Os dados apurados no último trimestre correspondem a uma evolução de 14,4 p.p. em relação ao 2º trimestre de 2015, correspondente a um aumento de 60 mil indivíduos entre os 30 e os 34 com ensino superior concluído.

Por sua via, a evolução recente da população ativa com ensino superior na faixa etária entre os 25-29 anos demonstra a consolidação desta tendência estrutural, com a taxa de

11-11-2021



escolaridade nesta faixa etária a superar os 50% desde o 1º trimestre de 2021, crescendo 17 pontos percentuais desde o 2º trimestre de 2015.

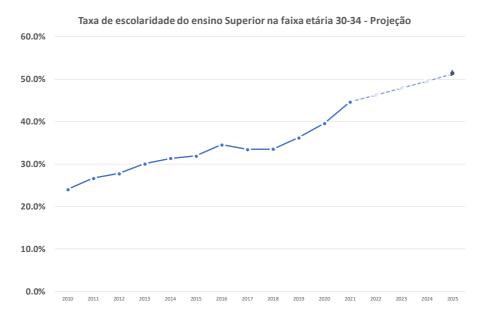
Figura 2 – Taxa de escolaridade trimestral do ensino superior da população residente entre os 25 e os 29 anos (2010-2021)



Fonte: INE, Inquérito ao Emprego, DGEEC, Eurostat.

Este resultado permite antecipar o cumprimento da meta de 50% relativa à taxa de escolaridade do ensino superior na faixa etária 30-34 até 2025.

Figura 3 – Taxa de escolaridade trimestral do ensino superior da população residente entre os 30 e os 34 anos: Projeção 2021-25



Fonte: MCTES, elaborado a partir da informação da DGEEC, INE e Eurostat.

11-11-2021



Este resultado confirma o claro reforço da qualificação da população residente em Portugal nos últimos anos em consonância com os mais recentes dados de diplomados e em associação com a prioridade política conferida ao alargamento efetivo da base social de apoio ao conhecimento e ao ensino superior.

Em 2019/20, Portugal registou um novo máximo histórico no número de diplomados, com os estabelecimentos de ensino superior a emitirem **85.799 diplomas**, mais 4.661 do que no ano letivo anterior. Este crescimento de 6% face ao ano anterior representa o quarto crescimento anual consecutivo e a taxa de crescimento anual mais elevada desde 2006/07.

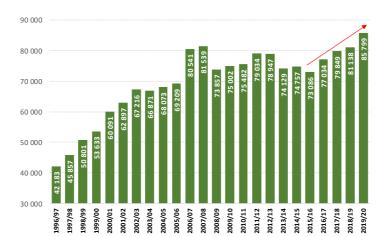
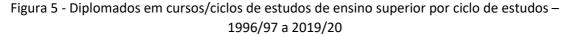
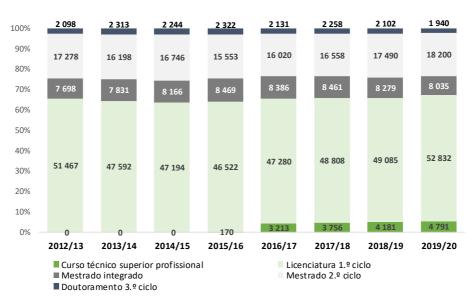


Figura 4 - Diplomados em ciclos de estudos de ensino superior – 1996/97 a 2019/20





11-11-2021



Entretanto, deve ainda ser salientado que foram admitidos 50859 estudantes em 2021-2022 no ensino superior público através do Concurso Nacional de Acesso, encontrando-se agora concluídas todas as fases desta via de ingresso. Este número de colocados vem confirmar as estimativas apresentadas previamente pelo Governo que, consideradas todas as vias de ingresso, o número total de colocados no ensino superior público e privado em 2021-2022 seja superior a 100 mil estudantes, permitindo manter o crescimento do número de estudantes no ensino superior, que se verifica desde 2015 e atinge mais de 400 mil estudantes em 2020/21, enquanto eram 358 mil estudantes nos sectores público e privado em 2015.

Deve ser salientado que estes resultados mostram uma efetiva democratização do acesso ao ensino superior, designadamente através das seguintes ações de política conduzidas nos últimos anos:

- Celebração de "contratos de legislatura" em 2016 e em 2019, que possibilitaram aumentar o apoio continuado às instituições de ensino superior, estimulando uma crescente relação de confiança com os cidadãos e a sociedade;
- Reforço da diversificação e especialização de diferentes perfis de oferta de ensino superior, designadamente através da valorização social do ensino politécnico, designadamente através de formações curtas iniciais (i.e., Cursos tecnológicos profissionais CTeSP), em articulação com a formação inicial tradicional (i.e., licenciaturas e mestrados), assim como ao estímulo à coesão territorial através do conhecimento;
- Adequação anual e gradual das regras de acesso ao ensino superior, com reforço de concursos especiais de acesso;
- Reforço da cultura científica da população, incluindo o reforço continuado ao programa
 Ciência Viva e às suas redes de centros, escolas e clubes em escolas de todo o País;
- Desenvolvimento sistemático de plataformas inovadoras em todo o País, combinando, articulando e diversificando formas de ensino, investigação e inovação e metodologias ativas de aprendizagem, envolvendo as instituições de ensino superior e os empregadores, públicos e privados, incluindo PMEs;
- Redução efetiva da despesa das famílias com o ensino superior através da diminuição, desde 2019, do limite máximo do valor das propinas do ensino superior público em cerca de 20%;
- Reforço do apoio social a estudantes carenciados, incluindo no valor das bolsas, no limiar de elegibilidade e no complemento de alojamento, para além do reforço do Programa +Superior para apoiar bolseiros no interior do País;
- Reforço das condições para o alojamento de estudantes deslocados através da implementação do Plano Nacional de Alojamento para o Ensino Superior (PNAES), envolvendo IES e outras entidades, e incluindo o alargamento e diversificação da oferta através de camas protocoladas com autarquias, pousadas de juventude e hotéis e alojamentos locais;

11-11-2021 4



Reconhecemos, contudo, que **persistem desigualdades** no acesso ao ensino superior, designadamente ao nível de estereótipos de género, **mas o caminho percorrido deve-nos orgulhar e deve ser continuado e reforçado**, sobretudo no âmbito dos desafios que emergem. Medidas recentes e já em curso, incluem:

- Garantia do estímulo à inclusão social dirigido a minorias e aos cidadãos com necessidades educativas especiais nas instituições científicas e de ensino superior (designadamente, garantindo a gratuitidade da frequência do ensino superior aos estudantes com deficiência igual ou superior a 60%);
- Reforço do estímulo ao ingresso no ensino superior dos estudantes provenientes das vias profissionalizantes do ensino secundário, como implementado no ano letivo de 2020/21.

11-11-2021 5